

1
2

3 Aos dezessete dias de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Auditório Lúcia Alencar – Térreo
4 - SESAB, localizada na Rua 4ª Avenida, 400, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador/BA,
5 realizou-se a 313ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde da Bahia (CES/BA), com as
6 presenças das (os) conselheiras (os): Roberta Silva de Carvalho Santana, Maurício Carneiro Paim,
7 Rosalvo de Oliveira Júnior, Stela dos Santos Souza, Mirella Dias Almeida, José Saturnino Rodrigues,
8 Tereza Cristina Bomfim de Jesus Deiró, Maria Soraya Pinheiro de Amorim, Ana Carina Dunham
9 Monteiro, Victor Maia de Meneses Barbosa, Fernanda dos Reis Souza, Maria da Conceição Sanches
10 Passidomo, Kairo Silvestre Meneses Damasceno, Naianne Dias Costa, Moysés Longuinho Toniolo de
11 Souza, Adijeane Oliveira de Jesus, José Vasconcelos de Freitas, Lourani Maria Carneiro dos Santos,
12 Gracielle de Jesus Santos, Maria Ângela da Mata Santos, Francisco José Sousa e Silva, Silvio Roberto
13 dos Anjos e Silva, Lindiomar Dourado de Souza, Clarissa Cristina Oliveira Gonçalves, Silvanete Brandão
14 Figueiredo, Maria Helena Machado Santa Cecília, Maria Helena Ramos Belos, Raimundo Rodrigues
15 Cintra, Lindalva Maria de Jesus, José Silvino Gonçalves dos Santos, Marcos Antonio Gêmeos Almeida
16 Sampaio. Às 14h18, o **Senhor Presidente** realizou a primeira chamada para o início da reunião, porém não
17 houve quórum suficiente para o início da reunião. Às 14h37, foi realizada a segunda chamada, sendo
18 confirmada a presença de 17 (dezessete) conselheiros(as), o que permitiu o início da sessão. Em seguida,
19 o Senhor Presidente abriu as inscrições para os informes dos(as) conselheiros(as). **O conselheiro Rosalvo**
20 **de Oliveira Júnior** saudou os presentes e informou que estavam sendo realizadas, em todo o Brasil, as
21 reuniões municipais e intermunicipais de meio ambiente, etapas preparatórias para a Conferência Nacional
22 de Meio Ambiente, prevista para o mês de maio de 2025, em Brasília. Comunicou, ainda, que a
23 Conferência Estadual de Meio Ambiente da Bahia estava prevista para o mês de março de 2025. Relatou
24 a realização de uma reunião com diversos órgãos da SESAB, dando continuidade a uma deliberação deste
25 plenário referente à elaboração do Plano Setorial da Saúde para as Mudanças Climáticas, integrante do
26 Plano Estadual de Saúde 2024-2027. Informou que o encontro foi bastante produtivo, contou com a
27 participação de cerca de 17 (dezessete) técnicos e gestores e resultou na aprovação de uma proposta de
28 calendário de atividades. Ressaltou a importância de uma participação mais efetiva do Conselho Estadual
29 de Saúde no processo de elaboração do referido plano, considerando que sua proposição teve origem neste
30 colegiado. Destacou, ainda, a necessidade de ampliar o envolvimento de outros setores da SESAB na
31 discussão, tendo em vista que a meta era apresentar uma versão preliminar do Plano Setorial até o mês de
32 setembro, possibilitando que, em outubro, o documento fosse traduzido para o inglês e impresso, com
33 vistas à sua apresentação durante a COP30, a ser realizada em Belém. Enfatizou a relevância da
34 participação da Bahia na COP30, destacando que esta seria a terceira edição do evento com a presença de
35 ministros da saúde e representantes da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ressaltou que a
36 apresentação de uma proposta consolidada poderia viabilizar o acesso do Estado da Bahia a recursos
37 voltados à área da saúde e mudanças climáticas, fortalecendo a posição do estado nesse debate global. **A**
38 **conselheira Clarissa Cristina Oliveira Gonçalves** informou que, no dia 18 de novembro de 2024, se
39 encontrava em Aracaju (SE) para participar de um congresso na Universidade Federal de Sergipe, onde
40 ministraria duas palestras, quando sofreu uma dissecação de aorta, quadro clínico grave que a colocou em
41 risco de morte. Relatou que diante da urgência do caso, acionou seu plano de saúde particular para solicitar
42 a liberação de uma UTI aérea, a fim de viabilizar seu retorno a Salvador, onde é acompanhada pela equipe
43 de cardiologia do Hospital São Rafael. Apesar de toda a documentação ter sido providenciada por seu
44 esposo, o plano de saúde negou o transporte aéreo. Em situação crítica, informou que entrou em contato
45 com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), que de forma imediata providenciou a regulação
46 e a remoção aérea pelo SUS. Mesmo com as fortes chuvas que atingiam Salvador na ocasião, a
47 transferência foi realizada com sucesso e foi levada ao Hospital São Rafael, onde recebeu o atendimento

48 necessário. Relatou ainda que, durante o processo de recuperação, sofreu dois acidentes vasculares
49 encefálicos (AVEs), e no dia 1º de novembro foi submetida a uma cirurgia cardíaca de alta complexidade,
50 comparada segundo seu médico a um ferimento causado por tiro de fuzil. Informou que por recomendação
51 médica, ainda não poderia retornar presencialmente às atividades do Conselho. Visivelmente emocionada,
52 expressou profunda gratidão à Secretária da Saúde Roberta Santana ao Presidente Marcos Sampaio e a
53 todo o pleno do Conselho Estadual de Saúde da Bahia, destacando a eficiência a sensibilidade e o
54 compromisso dos gestores públicos que contribuíram para salvar sua vida. Ressaltou a importância do
55 Sistema Único de Saúde (SUS) e afirmou que se estava viva, devia isso à atuação responsável e humana
56 dos profissionais e gestores comprometidos com a saúde pública. Agradeceu pelas mensagens de
57 solidariedade recebidas dos conselheiros e conselheiras, reafirmando seu orgulho em integrar o Conselho
58 Estadual de Saúde e seu compromisso em continuar contribuindo na defesa do SUS, assim que estivesse
59 plenamente recuperada. **A Secretária da Saúde Roberta Santana** manifestou solidariedade e emoção diante
60 do depoimento da Conselheira Cristina Gonçalves, agradecendo pelas palavras e destacando que o
61 reconhecimento deveria ser direcionado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e aos profissionais que
62 atuavam na linha de frente, responsáveis pela assistência direta e pelo transporte de pacientes. Enfatizou
63 que essa era a verdadeira expressão da grandiosidade do SUS. Apresentou ao plenário os resultados de
64 uma pesquisa de avaliação realizada pela Secretaria da Saúde, voltada à identificação dos principais
65 pontos de melhoria percebidos pela população. Informou que a qualidade do atendimento fora apontada
66 como um dos aspectos mais sensíveis, com diversas queixas relacionadas ao acesso e ao acolhimento dos
67 usuários. Comentou que, conforme a análise da empresa responsável pelo estudo, as experiências
68 negativas tendiam a ser mais divulgadas que as positivas, observando que “quem era mal atendido falava
69 com treze pessoas, e quem era bem atendido falava com apenas três”. Refletiu sobre esse dado, destacando
70 que, embora o bom atendimento fosse uma obrigação do serviço público, o reconhecimento do trabalho
71 dos profissionais do SUS era igualmente necessário, diante da complexidade e da dimensão do sistema.
72 Ressaltou ainda que, ao se observar a realidade de outros países que não dispunham de uma política
73 pública estruturada como o SUS, tornava-se ainda mais evidente sua relevância e valor para a sociedade
74 brasileira. Ressaltou a importância do depoimento da conselheira, afirmando que ouvir o relato de alguém
75 que conhecia profundamente a política de saúde e que ao mesmo tempo, vivenciou o SUS na condição de
76 paciente, constituía uma experiência enriquecedora para todos os presentes. Expressou votos de plena
77 recuperação à conselheira e reafirmou o desejo de vê-la, em breve retomando suas atividades no Conselho
78 Estadual de Saúde, destacando sua trajetória e contribuição em defesa do SUS. **O conselheiro José Silvino
79 Gonçalves dos Santos** solicitou a inclusão na pauta do tema referente à saúde da população do sistema
80 prisional, destacando que conforme já havia informado em encontro anterior o Hospital de Custódia e
81 Tratamento (HCT) se encontrava em processo de fechamento. Ressaltou que, embora o encerramento das
82 atividades da unidade representasse o fim de um espaço inadequado para o atendimento das pessoas
83 privadas de liberdade, a medida por si só não solucionaria a situação dessa população, que continuaria
84 necessitando de cuidados e acompanhamento adequados. Salientou que o fechamento da unidade poderia
85 gerar ainda mais insegurança e sofrimento, uma vez que as pessoas com transtornos mentais em conflito
86 com a lei ficariam sem local apropriado para atendimento. Solicitou o engajamento da Secretaria da Saúde
87 e dos municípios na construção de alternativas, reafirmando a necessidade de garantir ações de saúde
88 mental e assistência médica continuada no sistema prisional. Lembrou que, na reunião anterior, havia
89 sido deliberada a proposta de convidar a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
90 (SEAP) para apresentar seu plano de atuação ao Conselho, dada a relevância do tema. Informou que o
91 convite já havia sido encaminhado à SEAP, por meio do professor Paulo Barbosa, que justificara sua
92 ausência devido a outro compromisso, mas confirmara a realização de uma atividade no dia 19 de
93 dezembro, às 9h, no HCT, com a presença do bispo auxiliar de Salvador, da promotora Dra. Andréia, da
94 Secretaria de Habitação (SEHAB) e de outras instituições convidadas. Solicitou a presença da Secretária
95 da Saúde, Roberta Santana ou de representante da pasta no referido evento, considerando a relevância da

96 pauta e a necessidade de articulação interinstitucional. Relatou também sua participação, em
97 representação ao Conselho Estadual de Saúde no evento realizado em Porto Alegre, destacando a palestra
98 de abertura, que abordou a garantia de direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade e em pesquisa
99 científica, enfatizando a importância da defesa da dignidade da população encarcerada. Comentou que a
100 apresentação causou forte comoção e reflexões no público. Mencionou um momento marcante do evento,
101 no qual foi debatida a visibilidade da população trans nas pesquisas científicas, destacando o relato de
102 uma mulher trans convidada a compor a mesa, que afirmou que muitas das vezes as pessoas trans eram
103 vistas apenas sob dois estigmas: como transmissoras de doenças ou como profissionais do sexo. Mencionou
104 que o depoimento provocou grande impacto e reflexão sobre a necessidade de superar estereótipos e
105 ampliar a inclusão nos espaços acadêmicos e na formulação de políticas públicas. Manifestou carinho e
106 solidariedade a conselheira Cristina Gonçalves, diante de seu relato sobre o estado de saúde. Desejou a
107 todos boas festas de fim de ano, expressando votos de paz, saúde e renovação do compromisso com a luta
108 em defesa do SUS e dos direitos humanos. **O Senhor Presidente** esclareceu que em todas as reuniões os
109 conselheiros apresentavam diversos pedidos de inclusão de temas, compreendendo cada um que o assunto
110 de sua representação era o mais relevante e portanto deveria ser priorizado. Ressaltou que o número de
111 solicitações era elevado e que, muitas vezes não era possível atender a todas as demandas nas reuniões
112 ordinárias, realizadas em turno único. Sugeriu portanto, que fosse avaliada para o próximo ano a
113 possibilidade de realizar ao menos uma reunião de dia inteiro ou alternativamente encontros bimestrais
114 com duração estendida, de modo a possibilitar discussões mais amplas sobre os assuntos pendentes.
115 Pontuou que, com frequência o tempo das reuniões era consumido por informes e debates internos o que
116 reduzia o espaço destinado à apreciação das pautas deliberativas. Acrescentou que o Conselho também
117 precisava cumprir uma agenda obrigatória, que incluía a análise de relatórios trimestrais de gestão,
118 políticas públicas e outras matérias que demandavam deliberação formal. Destacou que a pauta daquela
119 sessão já se encontrava bastante extensa, por se tratar da última reunião do ano. Lembrou que na reunião
120 anterior havia sido definido que o tema DST/AIDS seria abordado em alusão ao “Dezembro Vermelho”,
121 com duas apresentações uma pela Secretaria da Saúde e outra pelo Conselheiro Moisés. Ressaltou ainda
122 que o balanço anual das ações já exigiria, por si só uma tarde completa de trabalhos. Informou que diante
123 disso não seria possível incluir novas pautas naquela sessão, mas propôs que o Conselho refletisse sobre
124 formas de viabilizar discussões específicas em outros momentos. Sugeriu inclusive a criação de fóruns ou
125 grupos de trabalho temáticos, com o objetivo de aprofundar debates e elaborar pareceres prévios sobre
126 determinados assuntos, especialmente aqueles que ainda não contavam com comissões constituídas.
127 Destacou que algumas pautas poderiam ser amadurecidas dessa forma a exemplo da proposta apresentada
128 pelo Conselheiro Silvino. Esclareceu que a pauta em discussão havia sido definida na reunião anterior e
129 que o tema levantado pelo conselheiro não estava descartado, mas seria considerado em momento
130 oportuno conforme encaminhamento do plenário. **A conselheira Stela dos Santos Souza** mencionou que
131 o depoimento apresentado anteriormente refletia a essência do Sistema Único de Saúde (SUS), composto
132 por profissionais comprometidos e dedicados ao serviço público, sem os quais o SUS não funcionaria
133 plenamente, nem o Conselho poderia exercer seu papel de controle social e acompanhamento das políticas
134 de saúde. Relatou a realização em 4 de dezembro, do evento de encerramento de gestão, considerado
135 altamente produtivo. Informou que o encontro contou com a participação de secretários municipais de
136 saúde, conselheiros municipais, procuradores e demais representantes com o objetivo de orientar e
137 preparar as equipes para o processo de transição de gestão, evitando descontinuidade administrativa e
138 possíveis dificuldades no início dos novos mandatos. Destacou que o evento adotou como tema “Entregue
139 como você gostaria de receber”, reforçando a relevância da responsabilidade e da transparência na
140 condução da transição. Acrescentou que foram elaboradas duas cartilhas: uma de transição de gestão, com
141 orientações passo a passo e checklists para secretários e conselheiros municipais e outra de encerramento
142 de gestão ambas disponibilizadas no site do COSEMS e encaminhadas ao Conselho Estadual de Saúde,
143 com recomendação de divulgação no site do CES/BA, ampliando o acesso ao material. Informou ainda

144 que a Secretaria da Saúde do Estado, sob a coordenação da Secretária Roberta Santana, planejava para o
145 início do ano seguinte um acolhimento aos novos gestores municipais, previsto para os meses de janeiro
146 e fevereiro. Comunicou que o Próximo Congresso Norte-Nordeste de Secretarias Municipais de Saúde,
147 anteriormente realizado em Salvador, seria realizado em Belém, em setembro, com o tema central “Meio
148 ambiente e saúde da população”. Destacou que o evento estava em fase de organização e que em momento
149 oportuno a participação dos conselheiros e representantes baianos seria discutida no Conselho. **O**
150 **conselheiro José Vasconcelos de Freitas** cumprimentou a mesa diretora e os demais conselheiros
151 presentes. Prestou uma saudação especial ao Chefe de Gabinete, Dr. Cícero, destacando sua competência
152 e disponibilidade em colaborar na busca de soluções para questões relacionadas à área da saúde. Solicitou
153 um espaço de dez minutos na primeira reunião de 2025 para prestar esclarecimentos e relatar
154 acontecimentos envolvendo a Conselheira Ivanilda. Mencionou a presença da Senhora Mídia, profissional
155 atuante nos municípios de Entre Rios e Subaúma, ressaltando sua dedicação e comprometimento com o
156 trabalho nos postos de saúde locais. Relatou com preocupação uma situação envolvendo a referida
157 servidora, que estava há 17 dias internada na UPA de Piripiri, sofrendo com fortes dores decorrentes de
158 problema oncológico, sem conseguir sentar ou andar e sem acesso ao tratamento adequado. Informou que,
159 durante visita à unidade foi comunicado pela equipe local que por se tratar de uma unidade sob gestão
160 tripartite, os profissionais não poderiam adotar providências imediatas, uma vez que a unidade recebia
161 recursos apenas do Governo do Estado, sem suporte do município. Diante disso, expressou sua angústia e
162 preocupação com a falta de encaminhamento da paciente para tratamento especializado, solicitando
163 atenção e providências urgentes por parte da Secretaria da Saúde. **A Secretária da Saúde Roberta Santana**
164 orientou que o caso fosse conduzido com cuidado e discrição a fim de preservar a paciente e determinou
165 que fosse realizado o devido encaminhamento para acompanhamento técnico pela equipe responsável. **O**
166 **conselheiro José Vasconcelos de Freitas** agradeceu a atenção da Secretária e relatou outra situação desta
167 vez envolvendo a unidade de saúde Alaíde Costa localizada na região suburbana de Salvador. Informou
168 que recebeu denúncias de possíveis manifestações e até tentativa de incêndio por parte de usuários, em
169 razão da suspensão do atendimento a pacientes renais crônicos, que estavam sendo redirecionados à UPA
170 local, sem estrutura adequada para esse tipo de cuidado. Esclareceu que manteve contato com a Secretária
171 Roberta Santana, que se comprometeu a buscar soluções. Acrescentou que esteve presente na unidade no
172 dia seguinte, acompanhando a situação e dialogando com a comunidade para evitar maiores transtornos.
173 **A Secretária da Saúde Roberta Santana** solicitou a palavra para prestar esclarecimentos. Destacou que em
174 relação à unidade de saúde Alaíde Costa, o diálogo com o Conselheiro Vasconcelos permanecia aberto e
175 que a Secretaria estava totalmente disponível para tratar do tema de forma conjunta. Ressaltou que sua
176 principal preocupação era evitar manifestações antes que houvesse diálogo prévio entre as partes
177 envolvidas. Informou que sempre que as demandas chegavam à Secretaria o órgão buscava construir
178 soluções coletivas e que no caso específico do Hospital Alaíde Costa, já havia sido realizada reunião com
179 a direção da unidade, contando com a participação da técnica Mônica, para tratar das situações dos
180 pacientes renais. Garantiu que nenhum paciente ficaria desassistido, uma vez que todos os casos possuíam
181 protocolos e encaminhamentos definidos, respeitando a lista única de regulação. Explicou que havia
182 pacientes aguardando transferência na UPA há mais de dez dias, o que tornava necessário seguir critérios
183 técnicos e justos evitando prioritizações indevidas. Reforçou o compromisso da Secretaria em assegurar o
184 atendimento a todos os pacientes crônicos renais e afirmou que o diálogo era o melhor caminho para a
185 resolução dos impasses. Se colocou à disposição para participar de uma reunião com os representantes e
186 demais envolvidos com a presença do Presidente Marcos, para que as decisões fossem tomadas de maneira
187 conjunta, democrática e transparente reafirmando o compromisso da gestão com o Sistema Único de
188 Saúde (SUS) e com o atendimento humanizado e universal. **O Senhor Presidente** informou que, devido
189 ao adiantado da hora e ao número de inscrições ainda pendentes para informes, seria necessário ajustar o
190 andamento da reunião a fim de garantir a execução da pauta principal, referente ao tema DST/AIDS.
191 Destacou que, caso os informes prosseguissem naquele momento, haveria risco de comprometimento da

192 pauta prevista. Por esse motivo, sugeri ao plenário que os informes restantes fossem retomados no ponto
193 “O que ocorrer”, ao final da reunião, e submeteu a proposta à apreciação do colegiado. **A conselheira**
194 **Maria Ângela da Mata Santos** manifestou-se, informando que gostaria de registrar seu informe, visto que
195 precisaria se ausentar antes do término da reunião. **O Senhor Presidente** diante da justificativa apresentada,
196 propôs que fosse concedida a palavra à Conselheira Ângela para a realização de seu informe. Após sua
197 fala, os demais informes seriam transferidos para o ponto “O que ocorrer”. A proposta foi aprovada pelo
198 plenário. **A conselheira Maria Ângela da Mata Santos** saudou a mesa e os presentes, destacando a
199 importância de fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e ressaltando sua trajetória de mais de vinte
200 anos de atuação na área, marcada pelo compromisso com a saúde pública. Relatou sua participação no
201 Seminário Nacional de Saúde das Mulheres, realizado nos dias 27 e 28 de novembro, em Brasília,
202 classificando o evento como de grande relevância, especialmente pelos debates voltados à saúde de
203 mulheres vivendo com HIV/AIDS. Destacou a presença de diversos profissionais e especialistas da área,
204 enfatizando a importância de que o relatório final do seminário fosse encaminhado ao Conselho Estadual
205 de Saúde, a fim de subsidiar as discussões e ser amplamente compartilhado entre os conselheiros.
206 Ressaltou ainda a urgência de se discutir a violência contra as mulheres, observando que a violência não
207 se restringe às agressões físicas, mas também se manifesta em outras formas sutis e igualmente graves.
208 Reforço a necessidade de que a Comissão de Saúde da Mulher tenha sua pauta priorizada no próximo
209 encontro do colegiado, dada a gravidade e a atualidade do tema. Reafirmou a importância da continuidade
210 do trabalho coletivo em defesa do SUS, como instrumento de cidadania e justiça social. **O Senhor**
211 **Presidente** agradeceu à Conselheira Ângela e solicitou que encaminhasse as informações do seminário à
212 Conselheira Soraya, coordenadora da Comissão de Saúde da Mulher (SISMO), para registro e
213 acompanhamento das discussões. Deu prosseguimento à pauta, franqueando a palavra à Senhora Zirlene
214 Rebouças, Secretária Executiva do CES, para a leitura das comunicações da Secretaria da Saúde do Estado
215 da Bahia (SESAB). **A Senhora Zirlene dos Santos Matos Rebouças** realizou a leitura, informando que a
216 Comissão Intergestores Bipartite da Bahia (CIB) havia aprovado, em seu âmbito, as Resoluções nº 402 a
217 nº 437/2024, enviadas na íntegra aos conselheiros por e-mail em 09 de dezembro de 2024, para
218 conhecimento e registro do Conselho Estadual de Saúde (CES). **O Senhor Presidente** consultou se algum
219 conselheiro desejava fazer comentários e não havendo manifestações, deu continuidade à pauta,
220 convidando a Senhora Eleusina e o Conselheiro Moysés para conduzirem as apresentações previstas. **A**
221 **Senhora Eleusina** realizou a apresentação do Panorama das Ações de DST/AIDS no Estado da Bahia, cujo
222 material havia sido previamente encaminhado por e-mail a todos os(as) conselheiros(as). **O conselheiro**
223 **Moysés Longuinho Toniolo de Souza** representante da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com
224 HIV/AIDS (RNP), deu continuidade à pauta com sua exposição complementar sobre o tema, cujo material
225 havia sido previamente encaminhado por e-mail a todos (as) conselheiros(as). **O Senhor Presidente**
226 informou que a Secretária da Saúde, Roberta Santana, precisaria se ausentar da reunião para participar de
227 uma ação promovida pelo UNICEF. Diante dessa circunstância, consultou o plenário sobre a possibilidade
228 de a Secretária realizar sua apresentação de forma antecipada, com posterior realização de um único
229 momento de debate, de modo a garantir sua participação nas discussões. Não havendo manifestações
230 contrárias o plenário concordou com a proposta, ficando deliberado que a Secretária faria sua exposição.
231 **A Secretária da Saúde Roberta Santana** realizou a exposição do Balanço das Ações da SESAB 2023-2024,
232 cujo material havia sido previamente encaminhado por e-mail a todos os(as) conselheiros(as). **O Senhor**
233 **Presidente** realizou a exposição do Balanço das Ações do CES 2023-2024, cujo material havia sido
234 previamente encaminhado por e-mail a todos os(as) conselheiros(as). **O Senhor Presidente** franqueou a
235 palavra aos conselheiros (as). **A conselheira Tereza Cristina Bomfim de Jesus Deiró** iniciou sua fala
236 destacando que não se pode em hipótese alguma desconsiderar o conjunto de ações e esforços que vêm
237 sendo desenvolvidos. Ressaltou que embora tenha chegado presencialmente com atraso acompanhou
238 integralmente as falas por meio remoto e reconheceu a relevância das apresentações realizadas,
239 especialmente a da Secretária da Saúde, Roberta Santana. Solicitou, contudo, que a referida apresentação

240 fosse encaminhada aos conselheiros, considerando sua importância para subsidiar o planejamento e a
241 definição de perspectivas para o ano de 2025. Pontuou que o não avanço de algumas comissões não se
242 deu por falta de empenho dos conselheiros, mas sim em razão da sobrecarga de atividades, diante da
243 intensa agenda de eventos, reuniões e conferências realizadas ao longo do ano. Na condição de
244 representante titular do segmento dos trabalhadores da saúde, pelo Sindsaúde, destacou a necessidade
245 urgente de retomada da Mesa de Negociação Permanente dos Trabalhadores, que, não se reunia há
246 aproximadamente quatro meses. Informou que já havia sido protocolado pedido formal de audiência com
247 a Secretária da Saúde, intermediado pelo assessor e conselheiro Cássio, porém sem retorno até o momento.
248 Ressaltou que embora reconheça os avanços e investimentos realizados na rede estadual de saúde é
249 preocupante o quadro de desvalorização dos trabalhadores, lembrando que o Estado da Bahia completava
250 17 anos sem a realização de concurso público. Salientou que em algumas unidades menos de 30% dos
251 profissionais são servidores efetivos, o que reforça a necessidade de realização de concursos e de
252 implementação de políticas de valorização dos trabalhadores, em consonância com os compromissos
253 anteriormente assumidos pela gestão estadual. Solicitou ainda informações sobre o andamento da Mesa
254 de Negociação, a revisão do Plano de Cargos e Carreiras, e a discussão sobre o processo de terceirizações
255 e privatizações, salientando que esses temas são estruturantes para o fortalecimento do Sistema Único de
256 Saúde (SUS). Abordou a questão da obesidade, enfatizando a importância de um acompanhamento
257 sistemático pelo CEDEBA, considerando se tratar de uma epidemia global que requer atenção prioritária.
258 Reforçou a necessidade de que o tema seja pautado pelo Conselho, incluindo a assistência às pessoas que
259 realizam cirurgias bariátricas e pós-bariátricas, uma vez que a reconstituição física e estética desses
260 pacientes impacta diretamente em sua autoestima e qualidade de vida. Defendeu o fortalecimento da
261 formação dos conselheiros e ativistas do controle social, com ênfase nas instâncias municipais sugerindo
262 a promoção de ações de educação permanente em saúde voltadas à renovação e engajamento de novos
263 participantes, especialmente entre os jovens. **O conselheiro Rosalvo de Oliveira Júnior** iniciou sua fala
264 destacando a necessidade do Conselho planejar suas ações estratégicas para o ano de 2025, levando em
265 consideração os efeitos da crise climática e seus impactos diretos sobre a saúde pública. Mencionou como
266 exemplo a recente tragédia ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul, cujo prejuízo econômico foi
267 estimado em aproximadamente R\$ 275 bilhões, enfatizando que eventos dessa natureza provocam
268 repercussões profundas no sistema de saúde e exigem planejamento prévio e políticas públicas integradas.
269 Nesse contexto propôs que o tema das mudanças climáticas e seus impactos na saúde seja incluído no
270 calendário de discussões e deliberações do Conselho para o ano de 2025, a fim de fortalecer o debate e
271 preparar o sistema estadual para o enfrentamento de situações de emergência e desastres ambientais. Sobre
272 a apresentação da Secretária da Saúde, observou que dados apresentados apenas 26% dos investimentos
273 na saúde da Bahia são provenientes da União, cabendo ao Estado e aos municípios a maior parte do custeio
274 e dos investimentos. Ressaltou que, embora reconheça os avanços e resultados alcançados pela gestão
275 estadual, é necessário refletir sobre a distribuição desigual dos recursos públicos, uma vez que os cidadãos
276 baianos contribuem com tributos majoritariamente arrecadados pela União cerca de 70%, ficando 20%
277 para os estados e 10% para os municípios. Enfatizou a importância de “politizar” as ações de saúde,
278 esclarecendo que não se referia à politização partidária, mas à ampliação do diálogo com a sociedade, por
279 meio da divulgação mais efetiva das ações e resultados alcançados pela gestão estadual e pelo próprio
280 Conselho. Observou que a comunicação com a população é essencial para fortalecer a compreensão
281 pública sobre o funcionamento e os desafios do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como para valorizar
282 o trabalho desenvolvido pelos profissionais e instituições que integram o sistema. Destacou ainda a
283 necessidade de refletir sobre a elevada sonegação fiscal no Estado, mencionando que, segundo sua
284 experiência pessoal, apenas quatro em cada dez notas fiscais solicitadas são efetivamente emitidas.
285 Ressaltou que a evasão fiscal compromete a arrecadação e, conseqüentemente, a capacidade do Estado de
286 implementar políticas públicas estruturantes, sendo necessário enfrentar o tema com transparência e
287 responsabilidade. Enfatizou também a importância de renovar as estratégias de comunicação da Secretaria

288 da Saúde e do Conselho com a população, ressaltando que não se tratava de uma crítica ao setor de
289 comunicação da SESAB, mas de um chamado à busca de novas linguagens e formatos de diálogo,
290 especialmente com o público jovem. Citou o hip hop como exemplo de expressão cultural que poderia ser
291 incorporada em campanhas de saúde e ações educativas, aproximando as mensagens institucionais da
292 realidade da juventude. Sobre o Conselheiro Moisés Longuinho Toniolo de Souza, representante da Rede
293 Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (RNP+), expressou admiração e reconhecimento por sua
294 trajetória de militância e contribuição à causa das pessoas que vivem com HIV/AIDS, destacando que sua
295 atuação o transformou em referência estadual e nacional na defesa dos direitos e da dignidade dessas
296 pessoas. Solicitou que o conselheiro abordasse com maior profundidade em outro momento a questão do
297 crescimento do número de casos no Brasil, ressaltando a necessidade de manter o tema em pauta
298 permanente de discussão no Conselho. Apresentou dois dados que considerou relevantes para reflexão. O
299 primeiro, proveniente de um seminário sobre riscos realizado na Bahia, apontou que Salvador realiza
300 aproximadamente 270 festas oficiais por ano, sem contar os eventos não oficiais, o que reforça a
301 necessidade de ações de educação e prevenção em espaços festivos e de grande aglomeração. O segundo
302 dado indicou que cerca de 60% da população baiana vive a até 150 km da faixa litorânea e que 15
303 municípios concentram quase 50% da população do estado. Destacou assim a importância de fortalecer
304 políticas públicas territoriais diferenciadas e instalar estruturas permanentes de atuação nesses municípios,
305 de modo a garantir maior efetividade na implementação das políticas de saúde e meio ambiente. **O**
306 **conselheiro Raimundo Rodrigues Cintra** iniciou sua fala cumprimentando o plenário e destacando a
307 importância de diferenciar a defesa do SUS enquanto conselheiro e a defesa do SUS enquanto usuário,
308 ressaltando que ambas são complementares, mas vividas de formas distintas. Relatou sua experiência
309 pessoal como paciente do sistema, compartilhando que no início do ano, enfrentou um problema grave de
310 saúde, tendo sofrido dois infartos, e reconheceu que foi o Sistema Único de Saúde que lhe garantiu
311 atendimento e salvou sua vida. Ressaltou que essa vivência reforça sua determinação em atuar na defesa
312 do SUS e motiva sua contribuição no Conselho. Ao se dirigir ao Conselheiro Moisés e à Secretária Roberta
313 Santana, enfatizou que o Conselho tem produzido muitas ações e deliberações importantes, mas que estas
314 são pouco divulgadas. Ressaltou que a falta de comunicação eficaz com a população enfraquece a imagem
315 e o alcance do trabalho realizado, especialmente nas comunidades periféricas, onde predominam a
316 desinformação e o baixo acesso às informações oficiais. Defendeu que o Conselho e a Secretaria devem
317 criar mecanismos mais eficientes de comunicação popular, capazes de levar às comunidades informações
318 sobre as ações, conquistas e políticas públicas desenvolvidas. Observou que muitas vezes discursos
319 contrários ao SUS ganham mais visibilidade enquanto o trabalho sério realizado pelos conselheiros e pela
320 gestão estadual não chega à base da população, gerando distorções na percepção pública sobre o sistema.
321 Abordou a situação da Maternidade de Santo Amaro da Purificação, informando que foi procurado por
322 representantes locais que relataram dificuldades financeiras e de gestão enfrentadas pela unidade, que
323 atualmente mantém um convênio único. Solicitou à Secretária que o caso seja analisado com atenção, de
324 modo que a Secretaria da Saúde possa assumir maior compromisso com o funcionamento da maternidade,
325 garantindo a continuidade e a qualidade da assistência prestada à população. Destacou a relevância de
326 retomar e aprofundar, em 2025, o debate sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos
327 trabalhadores da saúde, tema que também vem sendo amplamente discutido em nível nacional.
328 Parabenizou a Secretária e o Conselho pelo trabalho realizado e reiterou seu compromisso em divulgar as
329 ações desenvolvidas, especialmente nas periferias ressaltando a importância de fortalecer a comunicação
330 comunitária e social como ferramenta de valorização e defesa do SUS. **A conselheira Naianne Dias Costa**
331 iniciou sua fala retomando o tema do censo de pessoas com doença falciforme mencionado anteriormente
332 pela Secretária da Saúde e solicitou o apoio da Secretaria do COSEMS e do próprio Conselho Estadual
333 de Saúde para fortalecer a iniciativa. Explicou que tem buscado dialogar sobre o assunto em diferentes
334 espaços, mas que por vezes, o tema tem sido mal interpretado, gerando reações negativas. Ressaltou que
335 o objetivo é aprimorar as políticas públicas voltadas à população com doença falciforme. Enfatizou a

336 importância da coleta e sistematização de dados para o planejamento em saúde, mencionando como
337 exemplo o Plano Diretor do IMIP, aprovado no início do ano com ressalvas, mas sem que a instituição
338 tenha retornado com as respostas solicitadas pelo Conselho. Relatou situação semelhante com o Hospital
339 Irmã Dulce (PAI), que também não apresentou devolutiva até o momento. Informou que participou
340 recentemente de um evento na Universidade Federal da Bahia (UFBA), do qual participou o presidente
341 Marcos, e que durante a discussão sobre o censo houve certo desconforto entre os representantes das
342 instituições envolvidas. Destacou que, segundo dados apresentados pela representante Larissa, apenas 862
343 pessoas estão cadastradas no censo, três meses após sua implantação, número muito inferior à realidade
344 da população com doença falciforme na Bahia. Observou que nem mesmo o Centro de Referência tem
345 cadastrado todos os seus pacientes e que, das 22 instituições participantes, cada uma teria em média apenas
346 39 pessoas cadastradas, revelando subnotificação significativa. Enfatizando que “políticas públicas se
347 fazem com dados” e que, sem informações concretas e abrangentes, não será possível formular estratégias
348 eficazes nem resolver os problemas enfrentados pelo Centro de Referência e pelos pacientes. Reiterou o
349 pedido de apoio institucional e político para garantir a execução adequada do censo e o fortalecimento das
350 ações voltadas à atenção integral das pessoas com doença falciforme no estado. **O conselheiro José**
351 **Vasconcelos de Freitas** retomou a palavra para fazer breves considerações, iniciando com agradecimento
352 e reconhecimento à Secretária da Saúde pelo posicionamento e defesa apresentados durante a reunião,
353 destacando o incentivo financeiro de R\$ 116 milhões aplicado no início do ano voltado ao atendimento
354 de pacientes renais crônicos. Ressaltou que esse investimento proporcionou melhorias significativas nos
355 serviços de hemodiálise em todo o estado da Bahia, ampliando o acesso e qualificando o atendimento aos
356 usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Considerou pertinentes e sensíveis às demandas dos
357 pacientes, especialmente no que se refere ao cuidado com pessoas vivendo com HIV/AIDS. Sugeriu a
358 criação de um programa de incentivo específico para pacientes com HIV/AIDS que realizam hemodiálise,
359 de modo a incluí-los em programas de transplante e garantir melhores condições de vida e tratamento.
360 Reafirmou seu comprometimento em colaborar e se colocar à disposição para contribuir com ações
361 voltadas à salvaguarda da vida e ao fortalecimento da rede de atenção à saúde, em especial no cuidado
362 aos pacientes renais e às pessoas vivendo com HIV/AIDS. **O conselheiro Silvio Roberto dos Anjos e Silva**
363 mencionou que as apresentações demonstraram clareza comprometimento e relevância do trabalho
364 desenvolvido. Trouxe à reflexão a questão da saúde no sistema prisional, salientando que o tema não deve
365 ser tratado apenas sob a ótica da segurança pública, mas também como uma questão de saúde, direitos
366 humanos e reintegração social. Ressaltou que a situação das pessoas privadas de liberdade representa risco
367 tanto para a população interna quanto para a sociedade, citando como exemplo o episódio recente de fuga
368 de 16 pessoas do sistema prisional, e destacou a necessidade de debate intersetorial e ações integradas
369 para enfrentar essas situações. Enfatizou que em algum momento, os indivíduos encarcerados retornam
370 ao convívio social, seja pelo cumprimento da pena ou por outras circunstâncias, motivo pelo qual é
371 essencial que o Estado planeje políticas que assegurem condições de saúde, dignidade e reinserção social
372 para essa população. Manifestou satisfação com o trabalho realizado pelo Conselho ao longo do ano,
373 reconhecendo o comprometimento dos conselheiros e conselheiras e avaliando que os resultados
374 alcançados foram positivos dentro das possibilidades existentes. **O conselheiro José Saturnino Rodrigues**
375 registrou que em sua avaliação esta foi uma das melhores reuniões do Conselho, destacando a qualidade
376 das informações apresentadas e a relevância dos temas debatidos. Frequentemente é questionado sobre o
377 papel e o retorno da participação no Conselho e respondeu que a maior recompensa é o conhecimento
378 adquirido e a possibilidade de contribuir com informações e propostas que fortalecem o sistema de saúde.
379 Destacou a apresentação do conselheiro Moisés, que abordou tema polêmico e pouco discutido, mas de
380 grande importância, e elogiou a Secretária da Saúde pela evolução dos serviços e ações da pasta,
381 ressaltando o crescimento e os avanços alcançados. Parabenizou a menção ao Hospital 2 de Julho como
382 colaborador importante no processo de regulação estadual, recordando sua atuação anterior no setor,
383 quando cerca de 98% das metas estabelecidas eram cumpridas. Como sugestão propôs que entre os

384 próximos projetos estruturantes, seja considerada a implantação de um hospital oncológico, destacando
385 que a demanda oncológica tem crescido de forma acelerada, superando, em algumas unidades de
386 referência a demanda cardiológica conforme relatado pelo Dr. Ricardo Madureira, da Santa Casa de
387 Misericórdia dos Santos Abel. Parabenizou o Presidente Marcos pela condução dos trabalhos e reafirmou
388 a importância de espaços como o Conselho Estadual de Saúde, que permitem a troca de experiências,
389 aprendizado e fortalecimento das políticas públicas de saúde na Bahia. **A conselheira Maria Soraya**
390 **Pinheiro de Amorim** destacou a importância da sensibilidade da Secretaria da Saúde em relação às pautas
391 tratadas pelas comissões do Conselho. Reforçou a solicitação já encaminhada por ofício de realização de
392 uma reunião entre a Secretaria e a Comissão Intersetorial de Saúde das Mulheres (CISMU), explicando
393 que o encontro tem como objetivo aprofundar o diálogo sobre temas relacionados à saúde da mulher, com
394 ênfase especial nas questões de violência obstétrica e nas condições das maternidades. Parabenizou o
395 trabalho desenvolvido pelo Conselho Estadual de Saúde, reconhecendo o empenho coletivo dos
396 conselheiros e conselheiras e reiterando a necessidade de manter a união e o compromisso em defesa da
397 saúde pública e do Sistema Único de Saúde (SUS). **O conselheiro Francisco José Sousa e Silva** iniciou
398 destacando que não conseguiu acompanhar integralmente a apresentação de Moysés, mas registrou o
399 reconhecimento pela relevância do panorama apresentado sobre HIV/AIDS, ressaltando que o trabalho
400 desenvolvido na Bahia merece destaque em âmbito nacional, especialmente pelo papel de liderança e
401 engajamento desempenhado por Moysés nas discussões do Conselho Nacional de Saúde e nas redes de
402 enfrentamento à doença. Pontuou que embora o estado da Bahia apresente avanços significativos e
403 consolidação dessa política a realidade nacional ainda é bastante desigual considerando as dimensões
404 continentais do país. Sugeriu que seria importante apresentar um panorama da situação em outros estados,
405 destacando desafios e carências fora do território baiano. Abordou a questão da gestão do trabalho no
406 SUS, mencionando a recente Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, cujo
407 ponto central foi a defesa de um Sistema Único de Saúde público, estatal e constitucional. Manifestou
408 preocupação com o avanço da lógica de mercado sobre a saúde pública, fere os princípios fundadores do
409 SUS e compromete a efetividade das políticas públicas. Enfatizou ainda a importância de honrar as
410 deliberações da conferência, especialmente as que tratam da criação de uma carreira pública para os
411 trabalhadores do SUS, a garantia de concursos públicos e o combate à precarização das relações de
412 trabalho na área da saúde. Ressaltou que os investimentos só têm sentido quando há valorização da força
413 de trabalho, reconhecendo o papel essencial dos profissionais para a consolidação do sistema. Destacou o
414 desafio para o ano de 2025, com a realização da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da
415 Trabalhadora, informando que o processo preparatório já foi iniciado com a etapa realizada nos dias 3 e
416 4 de dezembro, em Brasília e convidou o Conselho Estadual de Saúde da Bahia a se engajar ativamente
417 nas próximas etapas e atividades previstas a partir de janeiro de 2025, reafirmando o compromisso
418 coletivo com o fortalecimento do SUS e da participação social. **A conselheira Stela dos Santos Souza**
419 ressaltou a importância das discussões e resoluções apresentadas, bem como a parceria estabelecida entre
420 o Estado e os municípios no acompanhamento das ações de saúde. Destacou que conforme mencionado
421 pelo Conselheiro Moysés é essencial que haja uma coordenação específica e estruturada para o
422 acompanhamento das políticas e programas relacionados às pautas debatidas, reconhecendo o trabalho
423 dedicado de Eleusina e a necessidade de fortalecer essa coordenação no âmbito da gestão estadual. Elogiou
424 também a apresentação de Moysés, enfatizando a relevância dos dados trazidos sobre HIV/AIDS,
425 especialmente um número que desconhecia e considerou esclarecedor, reforçando a importância de avaliar
426 e estudar profundamente as informações de saúde pública. De forma bem-humorada, afirmou ser uma
427 “seguidora” do trabalho de Moysés, elogiando sua dedicação e constância no compartilhamento de
428 informações técnicas. Reforçou a proposta de que o COSEMS e o Conselho Estadual de Saúde promovam,
429 já a partir de 2025, discussões ampliadas com os municípios, especialmente sobre os temas apresentados.
430 Falando na condição de presidente do COSEMS e representante dos municípios, Stela destacou a parceria
431 sólida e produtiva com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), ressaltando que essa

432 integração tem permitido resultados expressivos e decisões pactuadas de forma democrática. Citou como
433 exemplo o Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE), que contou com adesão de 100% dos
434 municípios baianos, envio de todos os nove planos ao Ministério da Saúde e realização de oficinas com
435 os 417 municípios, evidenciando um modelo de gestão compartilhada e cooperativa. Registrou ainda o
436 reconhecimento ao presidente Marcos pelo apoio e presença ativa do Conselho Estadual de Saúde nas
437 reuniões da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), nas assembleias do COSEMS e em diversos eventos
438 regionais e estaduais, ressaltando a importância da integração institucional. Agradeceu à Secretária
439 Roberta Santana pela condução democrática e pelo fortalecimento do diálogo entre Estado e municípios,
440 afirmando que sua gestão representou uma “guinada positiva” na relação federativa e na construção
441 conjunta de políticas de saúde. Reiterou o compromisso do COSEMS em colaborar com o Conselho
442 Estadual de Saúde na mobilização dos Conselhos Municipais, especialmente na organização das
443 conferências de 2025, propondo a realização de encontros macrorregionais com os presidentes dos
444 conselhos municipais para fortalecer o controle social e a integração do sistema. **O Senhor Presidente**
445 registrou que as apresentações realizadas por Moysés e Eleusina foram extremamente relevantes,
446 destacando a complementaridade entre o olhar da gestão e o olhar do movimento social, o que contribuiu
447 significativamente para o debate e para o enriquecimento das discussões do Conselho. Ressaltou que as
448 exposições apresentaram dados consistentes, oferecendo um panorama tanto estadual quanto nacional,
449 considerando-as entre as mais completas já apresentadas neste plenário. Pontuou que a apresentação da
450 Secretária da Saúde, Roberta Santana trouxe uma perspectiva exemplar, ao apresentar resultados
451 concretos e avanços alcançados pela gestão estadual. Observou que os setores da SESAB deveriam
452 comparecer ao Conselho não apenas para justificar dificuldades, mas também para demonstrar as ações
453 desenvolvidas e os impactos positivos do SUS na vida da população. Destacou que embora seja necessário
454 reconhecer os desafios e limitações existentes, a fala da secretária evidenciou os avanços e reforçou a
455 ideia de que o SUS funciona, proporcionando resultados expressivos. Ressaltou a importância de valorizar
456 e dar visibilidade ao trabalho dos profissionais de saúde que atuam diariamente em todo o estado,
457 afirmando que é preciso inverter a lógica de evidenciar apenas o que não funciona, divulgando com igual
458 ênfase o que tem dado certo. Como exemplo, mencionou uma situação ocorrida durante entrevista à
459 imprensa, na qual foi questionado sobre um caso de óbito em determinada maternidade. Destacou que no
460 mesmo período nasceram 400 crianças na unidade, das quais mais de 390 receberam alta com saúde.
461 Ressaltou que, embora toda perda seja lamentável e mereça apuração é fundamental reconhecer que o
462 sistema cumpre diariamente sua função de salvar vidas. Salientou que as ações do Conselho Estadual de
463 Saúde demonstraram unidade e fortalecimento institucional ao longo do ano. Enfatizou que a Conferência
464 Estadual de Saúde representaria uma grande oportunidade para ampliar o envolvimento de todos os
465 conselheiros e reforçar o papel do controle social. Defendeu ainda a necessidade de assegurar que todos
466 os municípios baianos mantenham atualizados seus instrumentos de gestão Conselho de Saúde, Plano de
467 Saúde e Fundo de Saúde como condição essencial para o recebimento de recursos e fortalecimento da
468 gestão municipal. Observou que ainda havia municípios com pendências nesses aspectos e que o
469 Conselho, em articulação com o COSEMS deveria oferecer apoio técnico para regularização dessas
470 situações. Expressou o desejo de que a Bahia continue avançando na consolidação de uma gestão
471 participativa e alinhada aos princípios do SUS. **A Secretária da Saúde Roberta Santana** parabenizou
472 Eleusina e Moysés pela apresentação, sempre aprende muito com as exposições realizadas. Destacou que
473 os dados apresentados suscitaram reflexões importantes para a construção das políticas de saúde
474 implementadas diariamente pela Secretaria, chamando a atenção para alguns números que na prática
475 cotidiana, não pareciam ter o volume revelado pelos levantamentos. Enfatizou que os dados surpreendiam
476 e demonstravam a necessidade de constantes revisões e avaliações. Em relação a apresentação de Moysés,
477 informou que a Secretaria estava empenhada em reestruturar a proposta já encaminhada e discutida junto
478 à Saeb, buscando aprimorar a organização das unidades de assistência. O objetivo era estruturar de modo
479 que fosse possível condensar as ações e oferecer a assistência necessária, reconhecendo as limitações

atuais em função do tamanho e da capacidade das unidades. Ressaltou que a questão da reestruturação estava sendo considerada como importante, de modo a permitir o melhor desenho possível da rede de assistência. Mencionou que estava sendo planejada a criação de um núcleo de coordenação dentro da diretoria, visando ao fortalecimento da organização interna. Quanto o questionamento da conselheira Tereza Deiró se haveria uma suspensão das mesas de negociação ou se as reuniões continuariam conforme o combinado anteriormente, especialmente no que se referia à discussão do Plano de Cargos e Salários, conforme compromisso assumido durante as manifestações. Relatou que durante a reunião, entrou em contato com Janaína e chamou a atenção de Cássio, esclarecendo que não tinha conhecimento de que a equipe tivesse sido procurada formalmente para agendamento de nova reunião. Declarou que havia problema em tratar a questão abertamente, tinha ciência de que as reuniões vinham ocorrendo e que nas duas últimas, iniciou-se a discussão sobre a alteração do decreto de promoção e progressão, mas o Plano de Cargos e Salários não havia mais sido tratado o que contrariava o combinado anteriormente. Ressaltou que não fora formalmente solicitada uma agenda e que diante disso precisaria se reunir com a Saeb para compreender o redirecionamento das pautas. Reforçou que compromisso assumido era compromisso mantido e que se responsabilizava por cumprir os acordos firmados. Garantiu que em janeiro realizaria reunião com os representantes sindicais, após alinhamento com a SAEB e a SERIN, conforme previamente acordado. Quanto ao concurso público reafirmou o compromisso da gestão, mencionando inclusive declaração recente do Governador Jerônimo, que confirmara oficialmente a intenção de realização do certame. Destacou acreditar na importância da carreira pública para o Sistema Único de Saúde (SUS), manifestando expectativa de que, no balanço de 2025, o concurso já estivesse entre as realizações da Secretaria. Frisou que também vinha se empenhando pessoalmente para viabilizar o concurso, mas ressaltou que não aceitava discursos que desvalorizassem outros tipos de vínculo profissional, reconhecendo que cada modalidade de vínculo possuía papel relevante dentro do processo. Ressaltou a relevância da carreira pública e reiterou o compromisso com a defesa da estruturação do serviço público de saúde. Aproveitou para responder ao questionamento do conselheiro Francisco, informando que acompanhará o resultado da Conferência de Gestão do Trabalho, reconhecendo a necessidade de discussão sobre a criação de uma carreira única do SUS, tema que demandaria construção conjunta entre estados e União e manifestou disposição em colaborar ativamente para que isso se concretizasse. Sobre a cirurgia bariátrica respondeu à Tereza informando que em 2023, o volume de cirurgias realizadas fora reduzido, mas que naquele ano já haviam sido realizadas 59 cirurgias no Hospital Metropolitano. Destacou a importância de garantir o acompanhamento pré e pós-operatório, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pela Secretaria em contratar equipes multiprofissionais que assegurassem a integralidade do cuidado. Acrescentou que o enfrentamento da obesidade exigia também o fortalecimento das ações nutricionais na atenção primária, ressaltando que a questão não se limitava ao tratamento cirúrgico, mas envolvia o enfrentamento das causas. Informou que a Secretaria estava ampliando esforços e que o edital de bariátrica estava sendo requalificado com o objetivo de ampliar o serviço, embora ainda houvesse desafios relacionados à regionalização e interiorização. Abordou também o tema da comunicação institucional, relatando que a Secretaria havia realizado uma avaliação sobre a percepção da população em relação aos serviços do SUS e constatara que apesar das inúmeras entregas, a comunicação positiva não alcançava a mesma eficácia da comunicação negativa. Propôs que fossem emitidos boletins mensais para o Conselho de modo que os conselheiros pudessem acompanhar e divulgar os resultados, fortalecendo o papel do controle social. Tratou da questão da Maternidade Santa Maria, informando que já havia se reunido com a direção da unidade e se colocado à disposição para buscar soluções conjuntas, embora reconhecesse os desafios estruturais existentes e a necessidade de elaboração de projetos de reforma. Elogiou a fala da conselheira Nanianne, classificando-a como irretocável e concordou com as observações feitas. Relatou que ao analisar os dados do censo, surpreendeu-se ao constatar apenas 800 pessoas cadastradas, número incompatível com o volume de atendimentos realizados pelo Hemoba, que ultrapassava 5 mil pessoas. Reconheceu que havia falhas na comunicação e na

528 estratégia de captação de informações e comprometeu-se a revisar o processo. Se comprometeu ainda a
529 verificar com Cícero a devolutiva referente ao Plano Diretor garantindo disposição para resolver os
530 problemas conjuntamente com o Conselho. Em relação ao Hospital Oncológico, informou que o tema
531 estava no radar da Secretaria e constituía uma das metas prioritárias. Destacou que o Hospital Aristides
532 Maltez possuía a maior referência em cirurgia oncológica da Bahia e uma das maiores do país, mas que
533 já operava acima da capacidade. Relatou que o Estado não possuía até então, um hospital oncológico
534 próprio, sendo os serviços oferecidos por instituições filantrópicas. Comunicou que o perfil e o estudo
535 técnico para implantação de um hospital oncológico já estavam prontos e que a discussão pendente referia-
536 se apenas à definição da região de instalação. Comentou que o plano diretor de oncologia havia sido
537 recentemente aprovado e que 80% dos pacientes regulados eram atendidos em até 72 horas, sendo os 20%
538 restantes, em sua maioria, pacientes oncológicos, que permaneciam mais tempo na regulação devido à
539 escassez de leitos especializados. A Secretária registrou ainda o pedido de reunião com a Comissão de
540 Saúde das Mulheres, feito por Soraya, comprometendo a agendar o encontro entre janeiro e fevereiro,
541 para discutir a temática da violência obstétrica. Abordou a questão da força de trabalho, destacando que
542 tinha plena consciência do crescimento do sistema de saúde e da necessidade de estruturação das
543 condições de trabalho. Reiterou que o tema era prioritário para a gestão e expressou confiança de que em
544 2025, haveria avanços significativos, tanto na saúde mental dos profissionais quanto na melhoria das
545 condições laborais. Agradeceu a todos os presentes, desejando um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de
546 luz e saúde, ressaltando que a saúde era o bem mais importante, pois com ela vinham a coragem, o tempo
547 e a disposição para trabalhar em prol do SUS e da população baiana. **A Sra. Eleusina** iniciou sua fala
548 abordando as colocações referentes ao cenário epidemiológico apresentado, destacando alguns pontos
549 considerados importantes. Registrou a presença da colega Rose, integrante do Programa Estadual de
550 IST/AIDS, e justificou a ausência de outros membros da equipe explicando que parte da equipe
551 encontrava-se na Arena Fonte Nova, realizando trabalho conjunto com a Secretaria da Educação, voltado
552 à prevenção e divulgação das ações de saúde, especialmente direcionadas ao público jovem. Informou
553 que outro grupo da equipe estava reunido na UNEB, discutindo novas linhas de pesquisa voltadas ao
554 enfrentamento do HIV/AIDS no Estado da Bahia. Acrescentou que um terceiro grupo se encontrava
555 envolvido nas tratativas relativas à chegada do Fostemsavir, medicamento considerado extremamente
556 importante por atender pacientes com histórico de abandono de tratamento e baixa resposta terapêutica às
557 medicações convencionais. Ressaltou que segundo os ensaios clínicos, o novo medicamento havia
558 demonstrado ótimos resultados de supressão virológica, motivo pelo qual a equipe comemorava sua
559 incorporação à pauta de discussões, reconhecendo o impacto positivo que traria aos pacientes em
560 tratamento. Explicou que em razão dessas diversas frentes de trabalho, apenas ela e a colega Rose estavam
561 presentes na reunião, mas reafirmou o comprometimento e a importância do momento para toda a equipe.
562 Agradeceu ao Conselheiro Rosalvo pelas sugestões apresentadas e informando que o programa já vinha
563 utilizando metodologias de concentração de ações em municípios prioritários. Explicou que o Programa
564 Estadual de IST/AIDS abrangia 417 municípios, e que para determinadas estratégias, concentrar esforços
565 em 14 a 18 municípios especialmente aqueles com maior carga da doença produzia impacto significativo
566 nos indicadores. Destacou que o planejamento do programa fora desenvolvido com base nessas
567 modelagens e ferramentas, buscando maior efetividade nas ações. Sobre os casos diagnosticados já em
568 estágio de AIDS, observação feita por Moisés, informou que a questão vinha sendo discutida desde o
569 início do ano, em pauta conduzida pelo Gabinete do Subsecretário. Explicou que o grupo de trabalho
570 responsável incluía o Programa Estadual, o Ícone, o Cedup, e a Atenção Primária à Saúde, com o objetivo
571 de abrir portas de atendimento e ampliar as ofertas de diagnóstico e cuidado, de modo a desafogar o Cedup
572 e permitir que este se concentrasse em ações de maior complexidade. Relatou que esse planejamento
573 conjunto possibilitara o engajamento do Município de Salvador na discussão, com migração de pacientes
574 do Cedup para unidades de Serviços de Atendimento Especializado (SAE), como o CTA Maria Novaes e
575 o São Francisco. Enfatizou que o objetivo era garantir a captação precoce dos pacientes, evitando que

576 chegassem aos serviços já em situação grave, e assegurando que tanto o Cedup quanto o Hospital Couto
577 Maia pudessem cumprir adequadamente seus papéis de suporte e referência para os casos que
578 extrapolassem a capacidade da atenção primária e secundária. Reforçou que o tema estava no radar da
579 gestão, sendo acompanhado de perto pelo Gabinete e que havia um grupo de trabalho intersectorial formado
580 por diversas diretorias da SESAB. Pontuou a importância de discutir também a coinfeção TB-HIV,
581 ressaltando que em períodos anteriores, quando se trabalhava exclusivamente com HIV/AIDS, essa
582 perspectiva não era tão evidente. Mencionou o seminário do Cedup, no qual foram apresentados dados
583 que evidenciaram a relevância da tuberculose como condição associada ao HIV/AIDS, destacando a
584 necessidade de uma atuação integrada. Explicou que, atualmente, com a ampliação da oferta de
585 diagnósticos incluindo o uso do teste rápido molecular, do LF-LAM, do LIO e do IGRA, se tornou ainda
586 mais evidente a necessidade de se trabalhar de forma articulada entre as áreas de HIV/AIDS e tuberculose.
587 Informou que, por essa razão, dentro da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, fora criada uma área de
588 coinfeção, incorporada ao programa, com o objetivo de antecipar ações e evitar que a separação entre as
589 abordagens das duas doenças gerasse agravamento ou comprometimento dos casos. Reiterou que a
590 discussão sobre a coinfeção era essencial e que não seria mais possível tratar o HIV/AIDS isoladamente
591 dentro do atual cenário epidemiológico, visto que a tuberculose ocupava papel central nas ações conjuntas
592 de enfrentamento. Lembrou que em 2024, o programa completaria 10 anos do FAUBOURG, destacando
593 a importância de registrar e celebrar esse marco. Encerrando sua fala, agradeceu as palavras e
594 contribuições dos conselheiros, reiterou a disponibilidade do Programa Estadual e da Coordenação para
595 o diálogo permanente e desejou a todos um Feliz Natal. **O conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de**
596 **Souza** iniciou sua fala corrigindo uma informação previamente mencionada, esclarecendo que o Fórum
597 Baiano de ONGs/AIDS foi criado em 2003, portanto completara mais de 20 anos de trajetória e não 10,
598 como havia sido citado anteriormente. Afirmou que esse marco histórico era importante e que o
599 movimento social tinha o papel de manter viva a memória das suas lutas e conquistas. Destacou que muitas
600 vezes, determinadas pautas eram levantadas e discutidas em nível institucional, mas não chegavam às
601 bases comunitárias, o que representava uma lacuna entre o debate técnico e a realidade social. Recordou
602 que anteriormente as ONGs parceiras inclusive a sua entidade colaboravam com a Coordenação Estadual
603 de IST/AIDS e com o Cedup na realização de palestras de prevenção em escolas e empresas. Ressaltou
604 que essa prática fora descontinuada, e que atualmente, apenas profissionais técnicos vinham sendo
605 chamados para tais ações. Observou que embora o trabalho técnico fosse importante, a participação da
606 sociedade civil nas palestras trazia uma dimensão humana e vivencial essencial, pois as pessoas que
607 conviviam com o HIV podiam falar a partir da própria experiência, demonstrando que era possível viver
608 com qualidade de vida mesmo sendo soropositivo o que contribuía diretamente para reduzir o estigma e
609 o preconceito. Salientou que o envolvimento das organizações sociais também representava uma forma
610 de sustentabilidade comunitária, uma vez que no passado as palestras permitiam arrecadações de
611 alimentos que eram distribuídas entre pessoas em situação de vulnerabilidade. Enfatizou que nunca
612 pessoalmente se beneficiara dessas doações, e que o objetivo sempre fora fortalecer a solidariedade e a
613 autonomia dos grupos. Comentou ainda sobre a importância da comunicação e das redes sociais, relatando
614 que mantinha perfis no Instagram e no Facebook, onde frequentemente publicava informações sobre
615 HIV/AIDS, embora percebesse pouca interação fora do círculo habitual de ativistas. Segundo ele, esse
616 isolamento das discussões em uma “bolha” era preocupante, pois impedia o alcance das mensagens de
617 prevenção e informação à população em geral. Destacou também o papel do Conselho Estadual de Saúde
618 como espaço legítimo de divulgação e debate dessas pautas, reconhecendo que publicava com frequência
619 conteúdos sobre o tema, mesmo diante de críticas quanto ao volume de informações compartilhadas.
620 Explicou que lia e acompanhava constantemente as atualizações internacionais e nacionais sobre
621 HIV/AIDS e se sentia no dever de repassar ao Conselho os avanços científicos e sociais mais recentes.
622 Entre as inovações citadas, destacou os novos medicamentos para PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) uma
623 estratégia preventiva para pessoas sem HIV, que consiste no uso de medicamentos antirretrovirais para

624 evitar a infecção. Relatou que já existiam modalidades orais diárias e sob demanda, nas quais o
625 medicamento era tomado antes e após o ato sexual planejado e que agora surgiam versões injetáveis, com
626 duração de dois a seis meses, representando um avanço significativo na prevenção. Explicou que essas
627 inovações vinham sendo debatidas em nível internacional, mas que a indústria farmacêutica ainda resistia
628 a transferir tecnologia para o Brasil, o que impedia a produção nacional dos medicamentos de aplicação
629 semestral. Ressaltou que se o país conseguisse fabricar tais injeções, seria um passo comparável à criação
630 de uma vacina contra o HIV, considerando a eficácia prolongada do tratamento preventivo. Enfatizou que
631 falar sobre essas novas tecnologias e sobre as vivências das pessoas soropositivas significava enfrentar o
632 estigma, promover a educação em saúde e normalizar o diálogo sobre o tema. Reforçou a importância de
633 divulgar que uma pessoa em tratamento adequado não transmite o vírus, informação fundamental para
634 quebrar preconceitos e ampliar o entendimento público sobre a condição. Em um relato pessoal,
635 compartilhou que vivia há nove anos em um relacionamento sorodiferente sendo ele portador do HIV e
636 seu companheiro não. Explicou que durante todo esse período o parceiro nunca se infectou o que ilustrava
637 a eficácia do tratamento e do acompanhamento médico contínuo. Ressaltou que experiências como essa
638 precisavam ser divulgadas de forma didática e humana, especialmente em espaços de educação e
639 conscientização. Lamentou o avanço de pautas fundamentalistas que vinham restringindo o debate sobre
640 sexualidade nas escolas, observando que esse tema era essencial para a prevenção de infecções
641 sexualmente transmissíveis. Afirmou que, em muitos casos, os próprios pais e responsáveis se recusavam
642 a tratar do assunto em casa e simultaneamente, criticavam professores que o abordavam em sala de aula.
643 Alertou que, sem diálogo e educação sexual, a sociedade se tornava mais vulnerável às epidemias e à
644 desinformação. Comentando os dados apresentados pela Sra. Eleusina, destacou a preocupação com o
645 aumento das infecções em idosos acima de 50 anos, cuja taxa superava a observada entre jovens de 15 a
646 20 anos. Atribuiu esse cenário ao uso disseminado de medicamentos para disfunção erétil e às novas
647 formas de relacionamento mediadas por tecnologia, como aplicativos combinadas à redução do uso de
648 preservativos e à ausência de campanhas de prevenção contínuas. Acrescentou que as ações educativas
649 não deveriam ocorrer apenas em momentos pontuais ou temáticos, mas ao longo de todo o ano, com
650 atenção especial aos grupos de mulheres, considerando o alto índice de infecção entre mulheres verificado
651 em eventos e relatórios recentes. Reforçou a necessidade de o Conselho promover debates, seminários e
652 campanhas específicas, de modo a dar visibilidade a essa realidade. Destacou ainda que seu ativismo não
653 tinha caráter de autopromoção, mas era movido pela defesa dos direitos humanos e pela preservação da
654 vida das pessoas que vivem com HIV. Afirmou que muitos companheiros e companheiras ainda morriam,
655 não apenas em decorrência da AIDS, mas também de doenças cardíacas, hipertensão, neoplasias e
656 sequelas pós-COVID-19, mesmo com a carga viral indetectável e boa resposta imunológica. Relatou que
657 durante a pandemia, os movimentos sociais precisaram se mobilizar para distribuir cestas básicas a
658 pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente mulheres, que geralmente assumiam a
659 responsabilidade pelo cuidado familiar. Recordou a parceria com grupos da América Latina e Caribe e
660 com a Gabi AIDS, em ações voltadas à assistência dessas mulheres. Reiterou a importância de manter o
661 diálogo aberto com o Conselho e com as instâncias governamentais, se colocando à disposição junto à sua
662 entidade e ao movimento social, para participar de palestras, debates e campanhas de prevenção. Finalizou
663 afirmando que os dados epidemiológicos são importantes, mas que só ganham verdadeiro significado
664 quando reconhecem as pessoas por trás dos números, reafirmando o compromisso do movimento com a
665 dignidade e a humanidade das pessoas que vivem com HIV/AIDS. O Senhor Presidente passou ao
666 próximo ponto da pauta, referente à aprovação do calendário de reuniões para o ano de 2025, cujo material
667 havia sido previamente encaminhado por e-mail a todos(as) os(as) conselheiros(as). Após análise, o
668 referido calendário foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente passou ao próximo ponto da
669 pauta, referente à aprovação do calendário de reuniões para o ano de 2025, cujo material havia sido
670 previamente encaminhado, por e-mail, a todos(as) os(as) conselheiros(as). Após análise, o referido
671 calendário foi aprovado por unanimidade. Em seguida, deu prosseguimento à reunião, entrando no ponto

672 referente ao item “O que ocorrer”. Informou que, durante o primeiro semestre de 2025, estavam previstas
673 reuniões com os(as) presidentes dos Conselhos Municipais de Saúde, com o objetivo de debater a
674 importância da realização das Conferências Municipais de Saúde e o cumprimento das diretrizes dos
675 respectivos Planos Municipais de Saúde. Ressaltou que a proposta dessas reuniões incluía a participação
676 de convidados representantes do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), do Ministério Público, da
677 Secretaria Estadual da Saúde, bem como da Presidente Stela, com a finalidade de fortalecer o movimento
678 estadual em prol da efetiva realização das conferências municipais e da aprovação tempestiva dos planos
679 municipais de saúde. Destacou, ainda, a preocupação deste Conselho em assegurar que nenhum município
680 baiano iniciasse o ano de 2025 sem um plano vigente, nem encerrasse a próxima gestão sem um
681 instrumento de planejamento devidamente definido. Apresentou os informe sobre a 5ª Conferência
682 Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, comunicando que o Regimento da Conferência já
683 havia sido publicado no Diário Oficial, e que Hillary ficara responsável por divulgar o material no portal
684 do CES/SESAB. **O conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza** informou ao Presidente e aos demais
685 conselheiros(as) que no dia 19, tomará posse no Conselho Nacional de Saúde, representando a Rede
686 Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (RNP+) para o início de mais um mandato de três anos.
687 Explicou que, neste espaço, a representação se dará pelo segmento de usuários nas patologias, mantendo
688 a cadeira da AIDS dentro do segmento de usuários, conquistada no mandato anterior garantindo
689 titularidade à RNP+. A primeira suplência ficará sob responsabilidade de ANAIDE, enquanto a segunda
690 suplência será definida pela RNP+, em diálogo com os pares do conselheiro. Destacou que por experiência
691 anterior não será possível manter atuação simultânea nos dois conselhos e que dará prioridade ao Conselho
692 Nacional de Saúde, participando de suas reuniões de forma trimestral, enquanto se discutirá na sua
693 entidade o processo de substituição de sua representação no Conselho Estadual. Expressou a honra e
694 gratidão por atuar no Conselho Estadual de Saúde, destacando a importância do espaço para construção
695 de pontes, debates relevantes e amizades profundas. Registrou ainda, seu agradecimento ao conselho
696 estadual reconhecendo que a trajetória iniciada em 2008, foi determinante para sua consolidação e
697 reconhecimento nacional como representante de usuários. Reafirmou seu compromisso com o ativismo
698 em prol dos direitos humanos e da população vivendo com HIV/AIDS, agradecendo a todos(as) os(as)
699 presentes. **O Senhor Presidente** solicitou a atenção dos conselheiros(as) para tratar de questões relativas
700 ao período de férias, destacando que muitos(as) servidores(as) e conselheiros(as) costumam se desligar
701 temporariamente durante o mês de janeiro. Ressaltou que devido ao exercício financeiro do Estado,
702 algumas atividades do Conselho terão limitações nesse período, principalmente no que se refere a
703 solicitação de viagens e deslocamentos. Informou que será necessário contar com a sensibilidade e
704 compreensão dos conselheiros(as), de modo que solicitações de viagem e outras demandas administrativas
705 sejam, sempre que possível, postergadas para fevereiro. Salientou que a intenção é garantir que as
706 atividades do Conselho continuem funcionando dentro das limitações do serviço público, sem
707 comprometer o andamento das ações. Destacou ainda que, no início de janeiro, será necessário tratar de
708 dois temas prioritários: Fluxo de viagens pelo Conselho: estabelecer procedimentos claros sobre
709 solicitação e aprovação de deslocamentos e Avaliação da Mesa Diretora: iniciar o processo de avaliação
710 da atuação da mesa diretora do Conselho Estadual de Saúde da Bahia. Reforçou a importância de realizar
711 o planejamento das atividades para 2025, incluindo discussões sobre a reforma do regimento do Conselho.
712 Alertou que devido às limitações financeiras e administrativas do mês de janeiro, algumas demandas,
713 como denúncias ou solicitações de visitas, poderão ter respostas encaminhadas pelas comissões, sendo
714 que nem todas as solicitações poderão ser atendidas de imediato. Esclareceu que essa situação decorre do
715 funcionamento do serviço público, cujo exercício financeiro fecha no início do mês e só reabre no final
716 de janeiro, impactando não apenas a SESAB, mas órgãos do Ministério da Saúde e demais secretarias
717 estaduais. Pediu a compreensão de todos(as) os(as) conselheiros(as) e reforçando que a intenção é manter
718 a atuação do Conselho dentro das limitações administrativas e financeiras desse período. **O conselheiro**
719 **José Vasconcelos de Freitas** solicitou a palavra para relatar dificuldades enfrentadas na assistência a

720 pacientes renais, especialmente quanto à falta de medicamentos essenciais. Informou que em diversas
721 situações, tem sido necessário levar medicamentos pessoalmente para garantir a continuidade do
722 tratamento de pacientes transplantados, a fim de não comprometer a saúde e a vida dos mesmos. Destacou
723 que em casos de urgência, se a SESAB não dispuser do medicamento, se dispõe a utilizar seu próprio
724 veículo para fazer a entrega, solicitando apenas o reembolso da gasolina, sem necessidade de veículo
725 oficial ou alimentação custeada pelo Estado. Citou como exemplo um paciente em Serrinha, que necessita
726 de medicamento essencial para garantir o transplante e cuja família entrou em contato solicitando apoio.
727 Ressaltou que mesmo não tendo o medicamento em estoque próprio, está disposto a realizar o
728 deslocamento para auxiliar o paciente, assumindo despesas pessoais quando o trajeto for curto, mas
729 apontou que viagens mais longas podem apresentar maiores dificuldades. Solicitou o acompanhamento
730 do Presidente em situações emergenciais, como a descrita para garantir que os pacientes em risco possam
731 receber os medicamentos necessários com urgência e segurança. O Senhor Presidente esclareceu que o
732 Conselho Estadual de Saúde não possui previsão orçamentária para custear combustível de veículos
733 particulares de conselheiros, nem transporte aéreo sendo o transporte oficial disponível restrito a ônibus
734 em casos específicos, como no município do Conselheiro Delfino. Ressaltou que não é papel do
735 conselheiro levar medicamentos pessoalmente aos pacientes. O correto é que qualquer necessidade de
736 medicamento seja formalmente registrada pelo Conselho, que deverá notificar a SESAB, os núcleos
737 regionais e as unidades de saúde competentes para garantir a entrega direta aos pacientes. Reforçou que,
738 durante o mês de janeiro as ações do Conselho estarão reduzidas devido ao período de férias do corpo
739 técnico e do fechamento do exercício financeiro do Estado, situação que ocorre em todas as secretarias e
740 não apenas na SESAB. Explicou que nesse período, não será possível disponibilizar passagens, transporte
741 ou custeio de deslocamentos e que o conselho funcionará com atividades reduzidas. Ressaltou ainda que,
742 embora situações emergenciais sejam tratadas o Conselho não pode manter todas as ações em pleno
743 funcionamento durante o período de férias, sendo necessário compreender a limitação de recursos e
744 pessoal. Destacou que, em 2025, haverá um ano intenso de atividades, incluindo a Conferência Estadual
745 de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e enfatizou a importância de garantir que as atividades sejam
746 realizadas de forma organizada, priorizando o bem-estar dos trabalhadores e a eficiência do Conselho.
747 Não havendo mais nada a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião, e eu, Zirlene dos Santos Matos
748 Rebouças, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada será assinada pelos Senhores Conselheiros
749 (as).

750
751 Salvador, 17 de dezembro de 2024.

752 SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA

753 Roberta Silva de Carvalho Santana (Titular) _____

754

755 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE



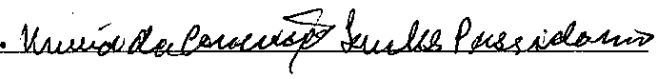
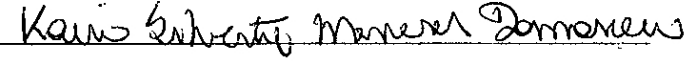
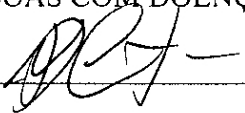
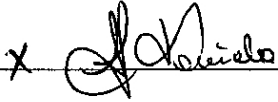
756 Maurício Carneiro Paim (Titular) _____

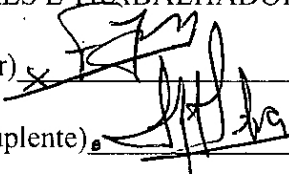

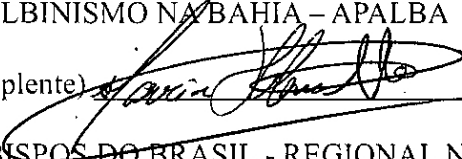
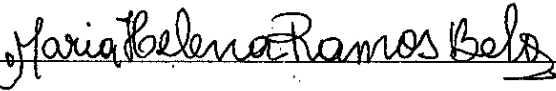
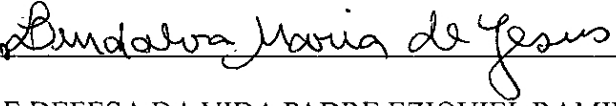


757 Rosalvo de Oliveira Júnior (Suplente) _____

758 CONSELHO ESTADUAL DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DA BAHIA - COSEMS
759 Stela dos Santos Souza (Suplente) _____

760 MINISTÉRIO DA SAÚDE

761 Mirella Dias Almeida (Suplente) _____

- 762 FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BAIANA DE MEDICINA - FABAMED
763 José Saturnino Rodrigues (Suplente) 
- 764 SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SINDSAÚDE – BA
765 Tereza Cristina Bomfim de Jesus Deiró (Titular)
- 766 SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DA BAHIA – SINDIFARMA
- 767 Maria Soraya Pinheiro de Amorim (Suplente)
- 768 SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DA BAHIA – SEEB
- 769 Ana Carina Dunham Monteiro (Titular) 
- 770 CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA – 4ª REGIÃO – CREFONO 4
- 771 Victor Maia de Meneses Barbosa (Titular)
- 772 CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERÁPIA OCUPACIONAL DA 7ª REGIÃO –
773 CREFITO 7
- 774 Fernanda dos Reis Souza (Suplente)
- 775 CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA – CROBA
- 776 Maria da Conceição Sanches Passidomo (Titular) 
- 777 Kairo Silvestre Meneses Damasceno (Suplente) 
- 778 ASSOCIAÇÃO BAIANA DAS PESSOAS COM DOENÇAS FALCIFORMES – ABADFAL
- 779 Naianne Dias Costa (Suplente) 
- 780 REDE NACIONAL DE PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS - RNP
- 781 Moysés Longuinho Toniolo de Souza (Titular) 
- 782 GRUPO DE APOIO AO PORTADOR DE VÍRUS HTLV-I E II DO ESTADO DA BAHIA - HTLVIDA
783 Adijeane Oliveira de Jesus (Suplente)
- 784 ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS PACIENTES CRÔNICOS RENAIIS DO ESTADO DA BAHIA –
785 ASDEPACRE/BA
- 786 José Vasconcelos de Freitas (Titular)
- 787
- 788 NÚCLEO ASSISTENCIAL PARA PESSOAS COM CÂNCER – NASPEC
- 789 Lourani Maria Carneiro dos Santos (Suplente)

- 790 MOVIMENTO DE REINTEGRAÇÃO DAS PESSOAS ATINGIDAS PELA HANSENÍASE –
791 MORHAN
792 Gracielle de Jesus Santos (Titular) _____
- 793 Maria Ângela da Mata Santos (Suplente) _____
794
795 CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL – CTB
- 796 Francisco José Sousa e Silva (Titular)  _____
- 797 Silvio Roberto dos Anjos e Silva (Suplente) _____
- 798 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTURAS
799 FAMILIARES DO ESTADO DA BAHIA- FETAG-BA
800 Lindiomar Dourado de Souza (Titular) _____
- 801 ASSOCIAÇÃO BAIANA PARA CULTURA E INCLUSÃO - ABACH
802 Clarissa Cristina Oliveira Gonçalves (Titular)  _____
- 803 ASSOCIAÇÃO BAIANA DE DEFICIENTES FÍSICOS – ABADEF
- 804 Silvanete Brandão Figueiredo (Suplente) _____
- 805 ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM ALBINISMO NA BAHIA – APALBA
- 806 Maria Helena Machado Santa Cecília (Suplente)  _____
- 807 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - REGIONAL NORDESTE 3 – BAHIA
808 E SERGIPE – CNBB
809 Maria Helena Ramos Belos (Titular)  _____
810
- 811 ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL, ESPORTE, CULTURA, LAZER E FORMAÇÃO
812 PROFISSIONALIZANTES DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO RAMO DA
813 SEGURIDADE SOCIAL NA BAHIA - AFOSHACLASS-BA.
814 Raimundo Rodrigues Cintra (Titular) _____
- 815 Lindalva Maria de Jesus (Suplente)  _____
- 816 CENTRO AFRO DE PROMOÇÃO E DEFESA DA VIDA PADRE EZIQUIEL RAMIM- CAP DEVER
817 José Silvino Gonçalves dos Santos (Titular)  _____
- 818 FÓRUM PENSAR SAÚDE
- 819 Marcos Antonio Gêmeos Almeida Sampaio (Titular)  _____